

Se quiser receber gratuitamente estes estudos semanais inscreva-se em www.eugeniorosa.com

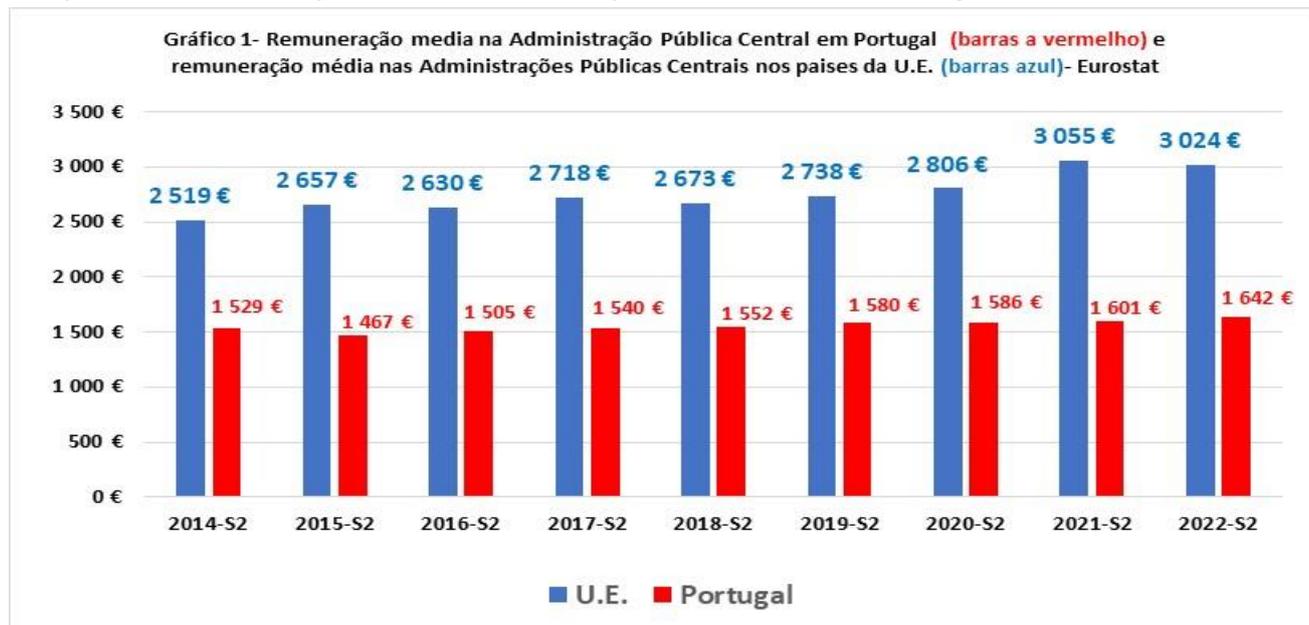
SALÁRIOS EM PORTUGAL METADE DOS DA U.E. E PENSÕES BAIXAS SUPORTAM CARGA FISCAL ELEVADA PARA REDUZIR A DIVIDA PUBLICA, UMA INFLAÇÃO ANUAL ELEVADA QUE CORRÓI OS RENDIMENTOS DISPONIVEIS E AUMENTO DE 389% NOS JUROS ESTRANGULAM AS FAMÍLIAS E DÃO ENORMES LUCROS À BANCA

Neste estudo utilizando dados do Eurostat, Ministério das Finanças e INE, portanto oficiais, analisa-se os salários do setor privado e do publico em Portugal e na U.E., mostra-se que as pensões medias continuam abaixo do limiar da pobreza, que a enorme carga de impostos para baixar a divida publica reduz significativamente os rendimentos dos trabalhadores e pensionistas, que estes são ainda corroídos por uma inflação anual que é o dobro da divulgada pela propaganda do governo e pelos media, e termina-se analisando o aumento brutal dos juros no crédito à habitação que está a estrangular centenas de milhares de famílias. E para tornar tudo isto de leitura mais fácil e clara resume-se tudo isto em 5 gráficos e 3 quadros a que se juntam alguns comentários

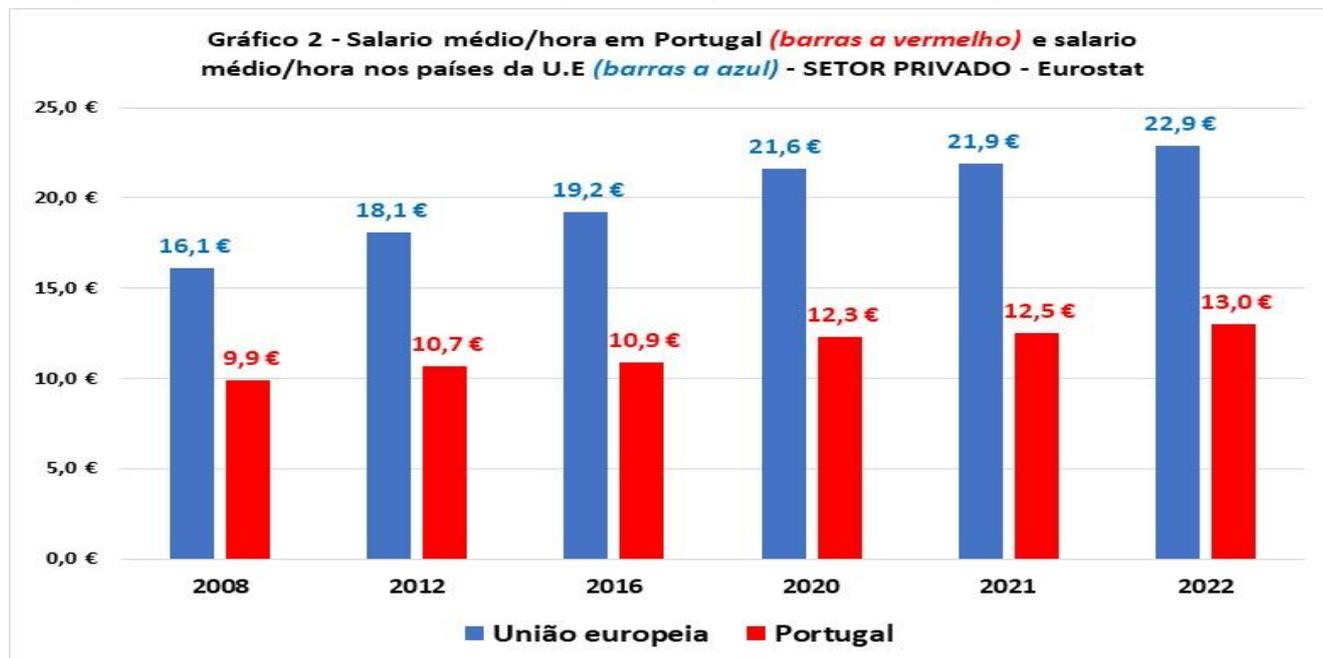
SALARIOS DOS SETORES PÚBLICO E PRIVADO CERCA DE METADE DA U.E, E ENTRE 2014 E 2022 A SITUAÇÃO PIOROU:

Portugal no lugar de convergir para a média da U.E. diverge, o que desmente o discurso eufórico do governo

Comparemos a remuneração média da Administração Pública Central em Portugal a média na A. Central na U.E.

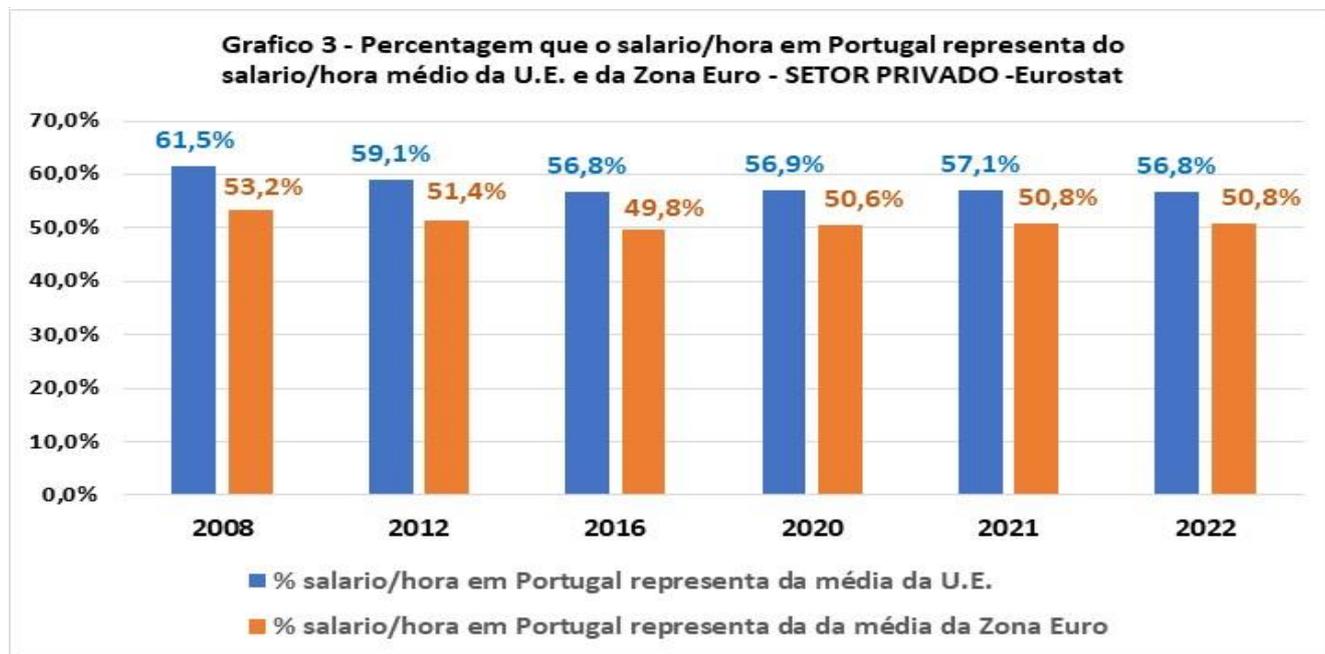


No 2º sem.2014, a remuneração média mensal na Administração Pública Central em Portugal (1529€) representava 60,7% da remuneração média da Administração Pública Central dos países da U.E. (2519€), e no 2º semestre de 2022 a situação era pior, pois a remuneração média no nosso país era apenas 1642€ o que correspondia a 54,3% da média da U.E. (3024€). Nos últimos 8 anos a divergência em relação à U.E. aumentou. Situação muito semelhante verificou em relação ao setor privado como revela o gráfico 2 (dados do Eurostat)



Se quiser receber gratuitamente estes estudos semanais inscreva-se em www.eugeniorosa.com

O gráfico 3 tornam ainda mais claras as conclusões que tiram do gráfico 1. Em 2008 o salário/hora no SETOR PRIVADO representava em Portugal, 61,5% do salário médio/hora dos países da U.E. e apenas 53,2% da média dos países da Zona Euro. E em 2022 essa percentagem desceu para 56,8% da média dos países da U.E. e para apenas 50,8% do salário hora médio dos países da Zona Euro. Também nesta área vital para o bem estar dos portugueses o nosso país tem divergido e não convergido como o governo pretende fazer crer a opinião pública



PENSÕES MÉDIAS EM PORTUGAL ABAIXO DO LIMIAR DA POBREZA

Mas não é só a nível de salários da Administração Pública e do Setor Privado que a situação do nosso país tem piorado em relação à U.E. Também em relação às pensões médias a situação é chocante (quadro 1).

Quadro 1 – Pensões médias total, invalidez, velhice e sobrevivência em Portugal segundo o INE - 2019/2022

ANO	Nº de Pensionistas	PENSÃO MÉDIA MENSAL (14 meses)			
		TOTAL	Invalidez	Velhice	sobrevivencia
2019	3 095 132	399,5 €	393,6 €	457,9 €	237,9 €
2020	3 112 487	408,0 €	395,9 €	467,9 €	243,0 €
2021	3 131 299	410,0 €	397,2 €	470,6 €	245,5 €
2022	3 140 632	433,1 €	412,2 €	498,4 €	257,2 €

FONTE : INE

Em 2021, o limiar de risco de pobreza era 6608€ segundo o INE, o que corresponde a 472€/mês (14 meses) um valor superior a qualquer uma das pensões médias naquele ano. Em 2022, embora o INE ainda Não tenha divulgado o limiar do risco da pobreza, como este corresponde a 60% da remuneração mediana, é de prever que as pensões médias continuem próximas do limiar da pobreza.

O AUMENTO BRUTAL DA CARGA FISCAL EM PORTUGAL SOBRE OS TRABALHADORES E PENSIONISTAS

Costa e Medina têm afirmado repetidamente que desde 2015, ou seja, com os governos PS/Costa se verificou uma redução nos impostos de vários milhares de milhões €. No entanto os dados do INE publicados em abril de 2023 (constam do quadro 2), provam que essa afirmação do governo, repetida publicamente, não é verdadeira.

Como mostram os dados do INE do quadro 2, em 5 anos de governo PSD/CDS as receitas de impostos aumentaram 6529 milhões € (+16,7%), o que dá um aumento médio anual de 1306 milhões €, o que não deixa de ser significativo. No entanto, durante os 7 anos de governos PS/Costa as receitas que têm como origem os impostos aumentaram em 16798 milhões € (+36,8%), o que dá um aumento médio anual de 2400 milhões, ou seja, mais 83,8% do que o registado durante o governo PSD/CDS. Tal evolução poderia ser determinada por um aumento significativo da riqueza criada no país (PIB), pois quanto maior for este maior será a receita de impostos arrecadada. No entanto, **com o governo PS/Costa que a receita de impostos alcança a percentagem mais elevada em % do PIB.** É verdade também que foi durante **o governo PSD/CDS** que se verificou um crescimento mais acentuado da carga de impostos (**passou de 21,8% do PIB para 25,4% do PIB**) e, **com o governo PS/Costa** registou-se, nos primeiros anos, até uma descida, (**passou de 25,4% do PIB para 24,7% do PIB, entre 2015 e 2020**), **mas a partir de 2020 a tendência inverteu-se e as receitas de impostos, em percentagem do PIB, começaram a aumentar atingindo em 2022 a sua máxima percentagem, ou seja, 26,1% do PIB como consta do quadro 2.**

Eugénio Rosa – economista – mais estudos disponíveis em pastas de [www.eugeniorosa](http://www.eugeniorosa.com) pág. 2

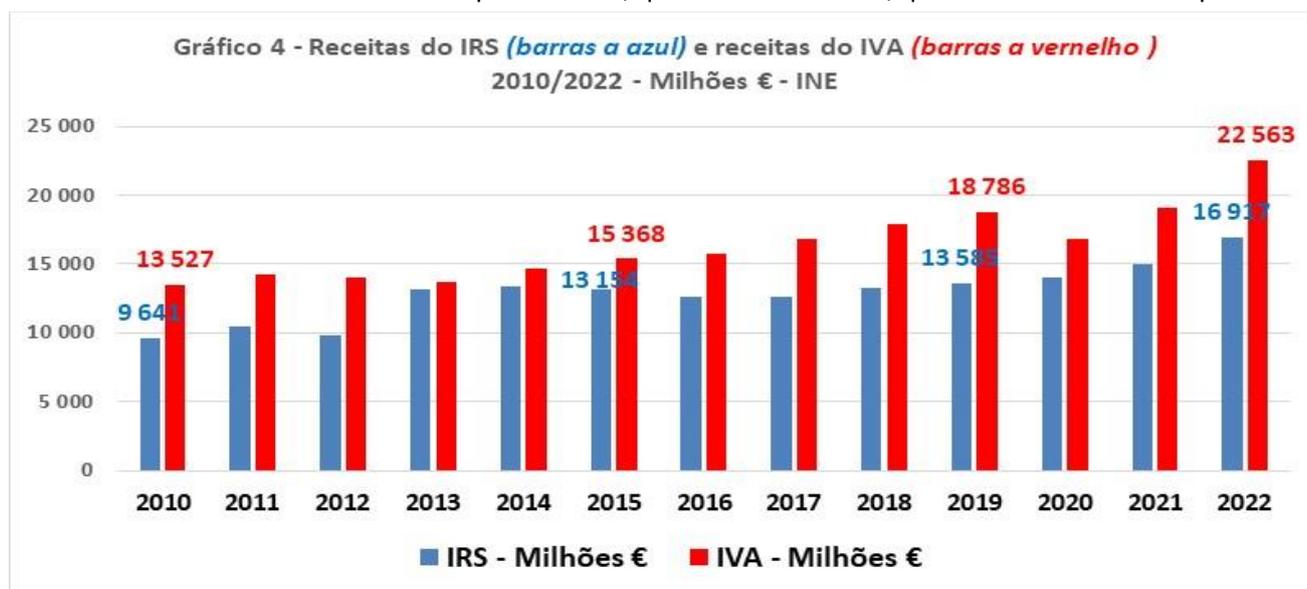
Se quiser receber gratuitamente estes estudos semanais inscreva-se em www.eugeniorosa.com

Quadro 2- Receitas de impostos com os governos PSD/CDS (Passos Coelho/Portas) e PS/Costa 2010/2022

ANO	Total receitas de impostos - Milhões €	% do PIB
2010	39 082	21,8%
2011	41 084	23,3%
2012	38 677	23,0%
2013	42 778	25,1%
2014	43 581	25,2%
2015	45 611	25,4%
2015-2010	6 529	Governo PSD/CDS
Aumento médio anual (5 anos)	1 306	
2016	46 593	25,0%
2017	48 890	25,0%
2018	51 982	25,3%
2019	53 359	24,9%
2020	49 573	24,7%
2021	53 432	24,9%
2022	62 409	26,1%
2022-2015	16 798	Governo PS/Costa
Aumento médio anual (7 anos)	2 400	

FONTE: Quadros -ERF-23/4/2023- INE

Mas há dois impostos cujas receitas têm um peso muito grande nas receitas arrecadas pelo Estado que atingem fundamentalmente os trabalhadores e pensionistas, que são o IRS e o IVA, que convém analisar em pormenor.



A receita de IRS e IVA representou, em 2022, 63,4% da receita total que tem como origem impostos. Segundo informação do Ministério das Finanças (AT), mais de 90% dos rendimentos declarados para efeitos do IRS são rendimentos do trabalho e pensões. Por ex., em 2021, dos 108281 milhões € liquidados para efeitos de IRS – não inclui a receita de imposto sobre os juros cujo imposto é deduzido pela banca - 97831 milhões €, ou seja, 90,7% referem-se às categorias A e H”) portanto são rendimentos do trabalho e pensões. Em relação ao IVA, interessa lembrar que é, por natureza, um imposto injusto, pois não atende ao rendimento do contribuinte, pois seja-se rico ou pobre paga-se o mesmo valor de imposto quando se adquire o mesmo bem (por ex., um maço de cigarros). E como os trabalhadores e os pensionistas representam mais de 95% da população, são estes que suportam também a maior parte do IVA. E as conclusões que se tiram dos dados gráfico 4 são as seguintes.

Entre 2010 e 2015, em 5 anos, com o governo PSD/CDS, a receita arrecadada pelo Estado tendo como origem o IRS aumentou em 3513 milhões € (+ 36,4%), pois passou de 9641 milhões € para 13154 milhões €. E a receita do IVA cresceu também em 2010/2015 em 2214 milhões € (+16,8%) de 13154 milhões € para 15368 milhões €.

O período 2015 a 2022, ou seja, de governos PS/Costa pode ser dividido em 2 subperíodos diferentes, a saber: 2015/2019 e 2019/2022. No 1º subperíodo (2015/2019), ou seja, nos primeiros 4 anos de governo PS/Costa, com o apoio dos partidos de esquerda, a receita de IVA aumentou em 3418 milhões € (+22,2%) pois passou de

Se quiser receber gratuitamente estes estudos semanais inscreva-se em www.eugeniorosa.com

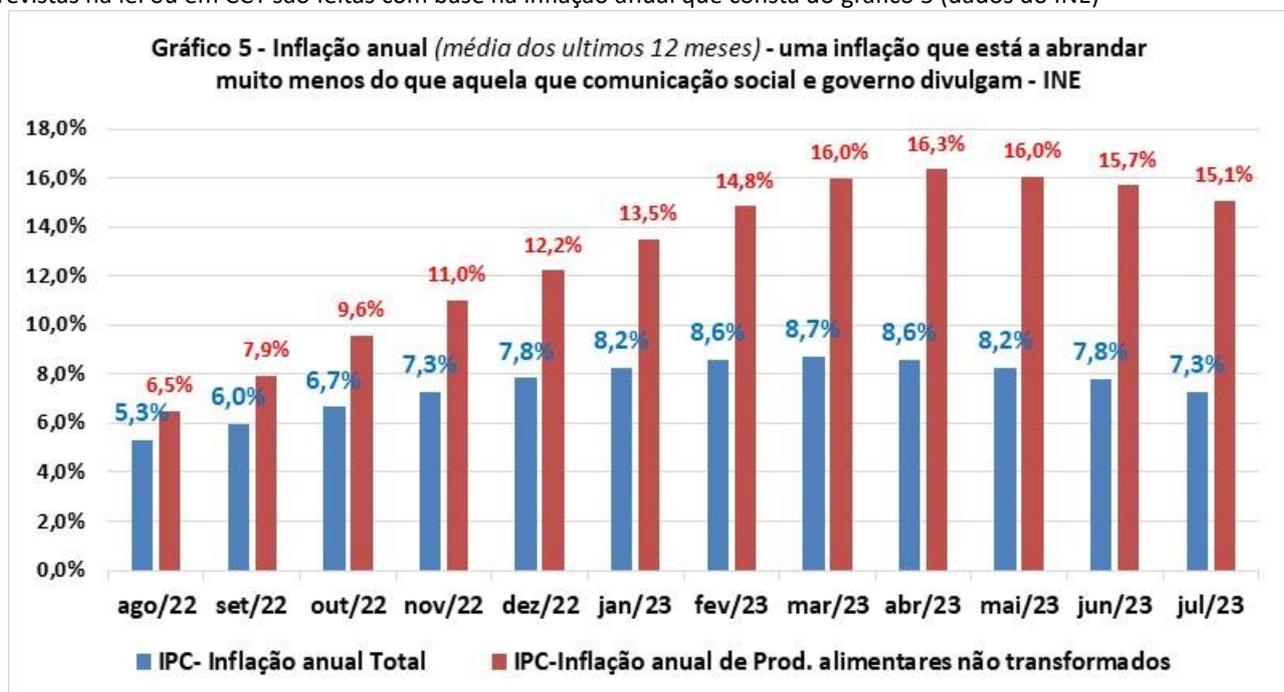
15368 milhões € para 18786 milhões €, e a receita de IRS cresceu apenas 431 milhões € (+3,3%), pois passou de 13154 milhões € para 13585 milhões €. No 2º subperíodo (2019/2022), em que o PS não conseguiu o apoio dos partidos de esquerda para aprovação do seu orçamento e que depois obteve em 2021 a maioria absoluta, o comportamento do governo PS/Costa já foi muito diferente. Entre 2019/2022, em apenas 3 anos, a receita do IVA aumentou 3777 milhões € (+20,1%) pois cresceu de 18786 milhões e para 22563 milhões €, e receita de IRS subiu em 3332 milhões € (+24,5%) .pois passou de 13585 milhões € para 16917 milhões €. É nítida a alteração.

Esta tendência de penalização principalmente de trabalhadores e pensionistas agravou-se ainda muito mais em 2023, segundo dados referentes ao 1º semestre de 2023 divulgados pelo Ministério das Finanças. O O.E. inicial de 2023 aprovado pelo governo e pela Assembleia da República prevê que, entre 2022 e 2023, a receita de IRS aumente em 436,1 milhões €, no entanto segundo, a Direção Geral do Orçamento, ela aumentou em 828,3 milhões € só no 1º sem.2023, quando comparada com igual período de 2022. E em relação à receita do IVA, esta aumentou em 916,4 milhões € também no 1º sem.2023, quando o aumento previsto para todo o ano de 2023 era de 515,6 milhões €. A espoliação dos trabalhadores e pensionistas é evidente por esta política fiscal com o objetivo de reduzir a dívida pública para além do que o governo se comprometeu com Bruxelas, como o próprio Secretário de Estado das Finanças, na entrevista dada à Antena 1 no fim de jul.2023, que era em 2024 107% do PIB para apenas 100% do PIB. Tudo isto faz lembrar a triste e famosa afirmação de Passos Coelho de “querer ir para além da troika” à custa de cortes nos rendimentos e da pobreza dos portugueses.

É evidente que o aumento brutal da carga fiscal, nomeadamente do IRS, reduz o rendimento disponível dos trabalhadores e pensionistas, ou seja, daquele que eles levam para casa para seu sustento e da sua família.

UMA INFLAÇÃO ANUAL, MUITO SUPERIOR AO QUE O GOVERNO E TODA COMUNICAÇÃO DIVULGAM, QUE CORRÓI O RENDIMENTO DISPONIVEL DE TRABALHADORES E PENSIONISTAS ASSIM COMO DAS SUAS POUPANÇAS

A inflação que deve ser utilizada para analisar a evolução das condições de vida de uma população é a anual, ou seja, a que se obtém calculando a media dos preços nos últimos 12 meses com a media dos preços nos 12 meses anteriores. E isto porque a inflação homologa, aquela que é utilizada na propaganda do governo e divulgada pela comunicação social todos os meses, que comparara, por ex. os preços de jul-2023 com jul.2022, é pouco consistente pois depende de fatores sazonais de um mês. Devido ao aumento dos preços dos combustíveis causada pela redução produção decidida pela OPEP e pela subida dos impostos e o aumento dos preços cereais devido ao fim do acordo Rússia/Ucrânia do Mar Negro, é previsível que a inflação homóloga em setembro ou out.2023 aumente. É por esta razão que as atualizações salariais e de pensões previstas na lei ou em CCT são feitas com base na inflação anual que consta do gráfico 5 (dados do INE)



E como os dados do INE constantes do gráfico 5 revelam, a inflação anual está a baixar, mas de uma forma muito mais lenta que a inflação homóloga utilizada na propaganda para iludir os portugueses. Entre dez.2022 e jul.2023, a inflação anual diminuiu apenas de 7,8% para 7,3%, ou seja, em jul.2023 era praticamente o dobro da inflação homóloga utilizada na propaganda oficial. E a inflação anual de “Produtos alimentares não transformados”, que tem um peso muito elevado nos orçamentos mensais das famílias de baixos rendimentos e também nas chamadas classes médias era, jul.2023, ainda de 15,1%.

Eugénio Rosa – economista – mais estudos disponíveis em pastas de www.eugeniorosa.com pág. 4

Se quiser receber gratuitamente estes estudos semanais inscreva-se em www.eugeniorosa.com

O AUMENTO BRUTAL DOS JUROS DO CRÉDITO À HABITAÇÃO, NÃO CONSIDERADOS PELO INE NO CÁLCULO DA INFLAÇÃO QUE DIVULGA MENSALMENTE, ESTÁ A ESTRANGULAR A VIDA DE CENTENAS DE MILHRES DE FAMILIAS, MAS A ENRIQUECER OS ACIONISTAS DOS BANCOS, PERANTE A PASSIVIDADE DO BANCO DE PORTUGAL E DO GOVERNO DA PRÓPRIA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA E PRESIDENTE DA REPÚBLICA QUE SE LIMITAM A LAMENTAR

O quadro 3, com dados divulgados pelo INE, mostra o aumento brutal dos juros pagos pelas famílias, que permitiram aos 5 maiores bancos (CGD, BCP, Novo Banco, BPI e Santander- Totta) obter, só no 1º semestre de 2023, 1993 milhões € de lucros líquidos.

Quadro 3 – Aumento dos juros do crédito à habitação entre março de 2022 e junho de 2023 – Dados do INE

Mês/ANO	Regime Geral		Últimos 3 meses	
	Capital em Dívida	Juros Totais	Capital em Dívida	Juros Totais
mar/22	63 515 €	42 €	123 529 €	85 €
abr/22	64 020 €	43 €	125 411 €	89 €
mai/22	64 382 €	45 €	126 620 €	102 €
jun/22	64 807 €	47 €	127 051 €	122 €
jul/22	65 124 €	50 €	127 678 €	138 €
ago/22	65 448 €	55 €	128 092 €	163 €
set/22	65 744 €	63 €	130 872 €	193 €
out/22	66 146 €	73 €	130 628 €	224 €
nov/22	66 396 €	88 €	129 164 €	254 €
dez/22	66 611 €	105 €	130 202 €	293 €
jan/23	66 919 €	121 €	126 262 €	327 €
fev/23	67 064 €	141 €	125 215 €	351 €
mar/23	67 193 €	157 €	125 170 €	362 €
abr/23	67 433 €	173 €	125 734 €	380 €
mai/23	67 590 €	190 €	124 065 €	396 €
jun/23	67 685 €	204 €	122 570 €	416 €
VARIAÇÃO	6,6%	385,7%	-0,8%	389,4%

FONTE : Taxa de juro do crédito à habitação - INE

Como revelam os dados INE, entre mar.2022 e jun.2023, para um capital em dívida entre 63315€ e 67685€ os juros aumentaram de 42€ para 204€, ou seja, +385,7%, e para um capital entre 123529€ e 122570€ os juros deste empréstimo subiram de 85€ para 416€, ou seja, +389,4%. Para outros valores de empréstimos em dívida basta que o leitor faça a proporção para obter um valor de juros aproximado. E ninguém garante que as taxas já tenham parado de aumentar. Isto porque o BCE pretende reduzir a inflação reduzindo drasticamente a procura, ou seja, através do empobrecimento da população. É esta é a lógica absurda e desumana do BCE.

E isto quando o aumento de preços não resulta de um excesso procura motivado pelo facto dos portugueses terem dinheiro a mais, mas sim devido à redução da oferta causada pela guerra na Ucrânia, pelo confronto crescente entre os Estados Unidos e a China, pela desglobalização crescente, e pela política de sanções dos governos europeus e da Comissão Europeia o que obriga a importar os produtos que os europeus necessitam não de países que os vendem mais baratos mas sim apenas a “países amigos”, que se aproveitam da situação para inflacionar os preços, desarticulando as cadeias de fornecimentos tradicionais aumentando os custos dos transportes, a que junta ainda a especulação interna que os consumidores portugueses têm de pagar. E como tudo isto já não fosse suficiente, as exportações do nosso país diminuíram este ano o que determinou que a taxa de crescimento do PIB em cadeia tenha sido ZERO no 2º Trim.2023, e se não fosse o consumo interno dos portugueses o crescimento já tinha sido negativo caminhando o país para a recessão económica. E dessa situação Portugal ainda não se livrou situação esta que é agravada por uma carga de impostos brutal e por um aumento enorme dos juros que está a afetar centenas de milhares de famílias.

Eugénio Rosa – edr2@netcabo.pt , 12/8/2023-

Eugénio Rosa – economista – mais estudos disponíveis em pastas de www.eugeniorosa.com pág. 5